



Teoria fundamentada construtivista e interseccionalidade na pesquisa qualitativa crítica: caminhos para compreender a injustiça reprodutiva

Constructivist grounded theory and intersectionality in critical qualitative research: pathways to understanding reproductive injustice

Teoría fundamentada constructivista e interseccionalidad en la investigación cualitativa crítica: caminos para comprender la injusticia reproductiva

Como citar este artigo:

Santana AT, Couto TM, Oliveira PS. Constructivist grounded theory and intersectionality in critical qualitative research: pathways to understanding reproductive injustice. Rev Esc Enferm USP.2026;60:e20250331. <https://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2025-0331en>

 Ariane Teixeira de Santana¹

 Telmara Menezes Couto¹

 Patricia Santos de Oliveira¹

¹ Universidade Federal da Bahia, Escola de Enfermagem, Salvador, BA, Brasil.

ABSTRACT

Objective: To reflect on the potential of Constructivist Grounded Theory articulated with intersectionality as a critical methodological and epistemological strategy in the investigation of reproductive injustices. **Method:** Theoretical, reflective study with a dialectical perspective, using bibliographic research as its investigative resource. **Results:** The articulation between the constructivist approach of Constructivist Grounded Theory and intersectionality makes it possible to understand phenomena such as obstetric racism based on the co-construction of meanings, revealing how race, gender, and class operate relationally in the production of inequalities in reproductive care. This methodological-theoretical integration broadens the analytical scope of qualitative research by incorporating researcher reflexivity. **Final considerations:** The combination of these approaches strengthens the production of knowledge committed to social transformation, providing support for critical investigations in nursing and public health. Its applicability lies in the possibility of guiding research sensitive to structural inequalities, contributing to the formulation of more equitable reproductive care practices and policies.

DESCRIPTORS

Grounded Theory; Intersectional Framework; Critical Theory; Qualitative Research; Methods.

Autor correspondente:

Ariane Teixeira de Santana
R. Basílio da Gama, Canela, 241
40110-907 – Salvador, BA, Brasil
ariane.tds@gmail.com

Recebido: 12/08/2025
Aprovado: 29/04/2026

INTRODUÇÃO

A Teoria Fundamentada nos Dados (TFD) apresenta-se como uma possibilidade metodológica na pesquisa qualitativa, aliando diretrizes para a coleta e a análise de dados. Ela é uma abordagem indutiva, na qual novas teorias sobre processos sociais são baseadas em experiências reais. Desde a sua concepção, a TFD tornou-se uma ferramenta muito poderosa para as ciências sociais^(1,2).

A TFD foi desenvolvida por dois sociólogos, Barney Glaser e Anselm Strauss, nos Estados Unidos, no início dos anos 1960. Inicialmente, Glaser e Strauss colaboraram em um projeto de pesquisa sobre a interação entre pacientes e profissionais de saúde em hospitais, e suas ideias foram publicadas pela primeira vez em *Discovery of Grounded Theory*, em 1967. Durante esse projeto, eles desenvolveram uma metodologia de pesquisa que se tornou a base da TFD^(1,3). É claro que o método não surgiu apenas do trabalho de Glaser e Strauss. Se olharmos para o trabalho anterior desenvolvido na Escola de Chicago, veremos elementos em comum com outros métodos⁽¹⁾.

Apesar de Glaser e Strauss terem contribuído inicialmente para o desenvolvimento da TFD, ao longo do tempo, eles desenvolveram vertentes diferentes para a aplicação da metodologia⁽³⁾. Essas abordagens apresentam diferentes suposições filosóficas que influenciam as maneiras pelas quais seus métodos são compreendidos e implementados, mas preservam semelhanças seminais importantes. Compreender as semelhanças e as diferenças presentes nessas abordagens pode facilitar o percurso metodológico e determinar a melhor adequação ao estudo e à visão de mundo de cada pesquisador(a)⁽⁴⁾.

Desse modo, a abordagem construtivista, desenvolvida pela socióloga Kathy Charmaz, que reposicionou a TFD para tal postura com a ontologia relativista e a epistemologia subjetiva, define-se como a que melhor se ajusta ao presente estudo, que discorre sobre injustiça reprodutiva. A Teoria Fundamentada Construtivista (TFC) tem uma epistemologia subjetiva, pois assume que os(as) pesquisadores(as) não estão separados(as) da pesquisa e que o conhecimento é cocriado⁽³⁾.

A TFC valoriza a experiência subjetiva e o significado que os indivíduos atribuem às suas vivências. Em contextos em que o atendimento de saúde reflete desigualdades sociais, essa vertente oferece uma abordagem essencialmente humanizadora. Ao invés de tratar as experiências individuais como dados “objetivos”, o(a) pesquisador(a) construtivista deve compreender essas vivências como reflexos de relações sociais, culturais e institucionais⁽²⁾. No contexto da justiça reprodutiva, essa perspectiva é fundamental, pois ajuda a considerar que a assistência obstétrica não ocorre em um vácuo, mas dentro de uma rede de normas sociais e estruturais que afetam desigualmente os indivíduos.

Como lente teórica, a interseccionalidade proposta por Kimberlé Crenshaw oferece um quadro para compreender como diferentes formas de opressão, como racismo, sexismo e classismo, interagem e moldam as experiências de pessoas marginalizadas⁽⁵⁾. A saúde reprodutiva e o atendimento obstétrico são áreas nas quais essas opressões frequentemente se manifestam de forma interseccional. Mulheres negras e pobres, por exemplo, enfrentam não só o sexismo inerente à negação de suas escolhas reprodutivas, mas também o racismo que as

classificam, muitas vezes, como “menos merecedoras” de um atendimento respeitoso e qualificado.

Diante de tais ponderações, este ensaio se propõe a refletir como a TFC pode ser utilizada como ferramenta metodológica, a partir do cabedal analítico teórico interseccional. Desse modo, no intuito de contribuir criticamente, este texto objetiva refletir sobre o potencial da TFC articulada à interseccionalidade como ferramenta metodológica e epistemológica crítica na investigação de injustiças reprodutivas.

MÉTODO

Trata-se de estudo teórico de natureza crítico-reflexiva, fundamentado na análise conceitual e na problematização epistemológica de produções científicas nacionais e internacionais sobre a reflexão dialética entre a TFC e a interseccionalidade na investigação de injustiças reprodutivas.

A produção teórica foi construída a partir da leitura sistemática de obras clássicas e contemporâneas, mediante revisão da literatura em livros e em bases de dados nacionais e internacionais, como Scopus, *Web of Science*, PubMed e SciELO. Incluíram-se publicações que discutem os fundamentos epistemológicos e metodológicos da TFC, produções teóricas e empíricas sobre interseccionalidade como ferramenta analítica crítica, estudos que articulam pesquisa qualitativa, justiça social e saúde, e literatura relacionada ao racismo obstétrico e às desigualdades reprodutivas.

A análise foi desenvolvida por meio de leitura crítica e comparativa das obras selecionadas, identificação de convergências e tensões conceituais e construção de sínteses interpretativas orientadas pelas perguntas analíticas: como essa abordagem contribui para a compreensão de injustiças reprodutivas? De que modo a articulação entre a TFC e a interseccionalidade amplia o potencial crítico da pesquisa qualitativa?

O referencial epistemológico que sustenta este ensaio ancora-se na ontologia relativista e na epistemologia subjetiva, próprias da vertente construtivista da TFD, que compreendem o conhecimento como construção social situada, produzida na interação entre pesquisador(a), participantes e contexto^(2-3,6). Conjuga-se a esse posicionamento a interseccionalidade enquanto teoria social crítica, que reconhece a imbricação entre múltiplos sistemas de poder, como racismo, patriarcado e classismo, na produção de desigualdades estruturais⁽⁷⁻⁸⁾.

Essa estratégia metodológica não apenas possibilitou a descrição dos referenciais analisados, como também sua interpretação crítica, revelando suas contribuições, limites e possibilidades de aplicação no campo da pesquisa em saúde reprodutiva e enfrentamento ao racismo obstétrico.

TEORIA FUNDAMENTADA CONSTRUTIVISTA E SEUS PRESSUPOSTOS

Kathleen Marian Charmaz, nascida em 19 de agosto de 1939 em Whitehall, Wisconsin, faleceu em 27 de julho de 2020. Foi uma socióloga norte-americana da segunda geração de teóricos fundamentados. Kathy Charmaz se tornou uma inovadora e renomada teórica atuante em abordagem metodológica qualitativa, desenvolvendo o método da TFC. Charmaz indica que o(a) pesquisador(a) não é um(a) observador(a) neutro(a), mas

um(a) participante ativo(a) na construção do conhecimento, influenciado(a) por seus valores e experiências, ao contrário da visão clássica e objetivista de Glaser e Strauss^(3,9).

As bases epistemológicas e ontológicas da TFD mudaram ao longo dos anos, especialmente com os desafios propostos pela vertente construtivista⁽¹⁾. A TFC representa uma abordagem qualitativa externa para a construção de uma teoria que emerge dos dados de pesquisa em interação com o(a) pesquisador(a). É importante ressaltar, contudo, que apesar de ser uma revisão contemporânea, ela preserva os fundamentos pragmáticos da TFD proposta por Glaser e Strauss^(10,11).

A posição construtivista assumida por Charmaz apresenta ontologia relativista e epistemologia subjetiva, e isso informa como a produção de conhecimento é um elemento produzido socialmente e reconhecido por múltiplos pontos de vista, tanto do(a) participante da pesquisa quanto do(a) pesquisador(a). Propõe uma postura reflexiva em relação aos dados apresentados na interação do(a) pesquisador(a) com os(as) participantes no cenário de campo para construções analíticas⁽³⁾. Observa-se, assim, a localidade humana do(a) pesquisador(a) na produção da pesquisa e como o processo e o produto são produzidos dessas interseções.

Os(as) pesquisadores(as) que utilizam a TFC podem se guiar por diversos pontos de partida teóricos para iniciar a investigação, como a teoria feminista, o pós-estruturalismo, a teoria marxista, as teorias críticas ou o próprio Interacionismo Simbólico. De acordo com Charmaz, apesar de o Interacionismo Simbólico e a TFD formarem um poderoso “pacote teoria-métodos”, o(a) pesquisador(a) fundamentado não deve subscrever uma ortodoxia entre o teórico interacionismo simbólico e a TFD. Assim, é importante compreender que a TFD pode ser usada a partir de outros pontos de partida teóricos ou repertório analítico para amparar os dados^(3,12).

Para Charmaz, o conhecimento repousa em construções sociais. Os estudiosos que utilizam a TFC devem compreender que o conhecimento é produzido quando se lida com problemas empíricos. A construção de conhecimento ocorre sob condições estruturais preexistentes e situações emergentes, sofrendo influência de perspectivas, privilégios, posições sociais, interações e localizações geográficas do(a) pesquisador(a). Todas essas condições são inerentes à situação de pesquisa, mas são completamente ignoradas ou não mencionadas pelos estudos^(3,13).

A TFC valoriza a complexidade e a multiplicidade de significados apresentados nos dados, pois é a partir deles que se constrói uma compreensão mais rica das características sociais. Um exemplo é a ideia de que as realidades sociais e as interpretações construídas não são neutras, mas moldadas pelos contextos históricos, culturais e sociais, tanto dos(as) participantes quanto dos(as) pesquisadores(as)^(1,13).

Ao localizar os significados e ações dos(as) participantes, o(a) pesquisador(a) revela as conexões entre os níveis micro e macro de análise, o que vincula, nesse contexto, o plano subjetivo e o social do objeto estudado. Os significados dos(as) participantes podem refletir ideologias, ações, convenções sociais ou relações de poder. A TFC procura analisar as suposições a partir das quais os(as) participantes constroem seus significados e ações. Charmaz via a análise na TFC como representação interpretativa, não como relatórios objetivos ou um único ponto de vista

sobre o tópico. Como resultado, o(a) pesquisador(a) aguça a consciência para a relatividade dos dados, que apresenta suas múltiplas realidades^(1,3).

O processo de codificação da TFC é semelhante da Teoria Fundamentada Clássica, pois ela possui ao menos duas fases, codificação inicial e focalizada, e se apresenta menos prescritiva na sua análise de dados. A codificação inicial é a primeira fase de análise; nela, o(a) pesquisador(a) explora os dados de maneira detalhada, linha por linha, incidente por incidente, para identificar os códigos iniciais. Nesse estágio, os códigos são criados a partir do que está acontecendo em cada segmento dos dados, o que permite uma análise aberta e flexível^(3,10). Para essa etapa, é recomendado que os(as) pesquisadores(as) usem verbos no gerúndio para os códigos iniciais, pois isso ajuda a capturar a ação, o processo ou o significado contido nas falas dos(as) participantes. Ao invés de rotular a experiência diretamente, o(a) pesquisador(a) tenta interpretar o que está acontecendo nas falas, observações ou textos analisados. Esses códigos iniciais são frequentemente variados e podem ser ajustados e refinados durante a análise⁽³⁾.

Na segunda fase, a codificação focalizada, o(a) pesquisador(a) revisa os códigos iniciais e seleciona aqueles que são mais significativos ou recorrentes nos dados para gerar categorias provisórias. A codificação focalizada ajuda a simplificar e organizar os dados de forma mais agrupada, o que contribui para a identificação das categorias e padrões mais amplos⁽³⁾. Essa fase implica um nível mais alto de interpretação, pois o(a) pesquisador(a) começa a comparar os códigos iniciais entre si e a agrupar os dados em categorias emergentes. O objetivo é identificar códigos que sejam mais representativos dos específicos centrais para explicar padrões nos dados. Assim, refinam-se os conceitos em relação aos dados de forma mais abstrata, o que permite uma busca para entender as conexões e estruturas subjacentes⁽³⁾.

A codificação teórica começa com a codificação focalizada e culmina na teoria final, tendo como objetivo integrar as categorias e gerar uma teoria substantiva. Nessa etapa, o(a) pesquisador(a) utiliza os códigos focados para desenvolver uma compreensão mais ampla, a fim de identificar relações e interações entre as principais categorias. A codificação teórica ajuda a construir uma narrativa teórica que explica os processos e padrões observados nos dados⁽³⁾. A TFC enfatiza que a convicção teórica é um processo interpretativo no qual o(a) pesquisador(a) busca construir uma teoria que seja fiel ao contexto e às experiências dos(as) participantes. A fase teórica resulta em uma análise mais completa e profunda, que conecta e dá sentido a diferentes aspectos dos dados⁽¹¹⁾.

Em todas as fases de codificação na TFC, a reflexividade é importante. O(a) pesquisador(a) deve estar continuamente consciente de sua própria posição, influências e interpretações. Isso significa considerar seu papel na construção do conhecimento ao perceber que os códigos e as categorias são resultados de uma interpretação ativa, e não uma descrição neutra ou objetiva dos dados⁽³⁾.

Outro aspecto importante na TFC é o uso de memorandos (memos) e diagramas para apoiar o processo de consolidação e ajudar no desenvolvimento teórico. Memorandos são anotações reflexivas que documentam ideias, questionamentos e

insights durante a realização da pesquisa, o que possibilita que o(a) pesquisador(a) explore e reflita sobre as interpretações que emergem dos dados. Os diagramas, por sua vez, ajudam a visualizar as relações entre as categorias e facilitam a organização das ideias e a construção da teoria^(3,10-12).

A TFC descreve, de forma precisa, como se dá o pensamento indutivo e abdutivo do(a) pesquisador(a), sendo essa uma etapa interativa da análise que vai requerer do(a) analista um raciocínio que permita ir e voltar entre dados e conceituação como uma parte fundamental da análise de dados⁽³⁾.

INTERSECCIONALIDADE COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE CRÍTICA

Na década de 1990, a pesquisadora e ativista Kimberlé Crenshaw, juntamente com diversas outras pesquisadoras, definiu o termo “interseccionalidade” para designar as interseções entre raça, gênero, classe e outros eixos de subordinação⁽⁵⁾.

Para Crenshaw, a interseccionalidade busca conjugar consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação ao analisar a interação entre racismo, patriarcado, exploração de classe e outros sistemas de opressão, expondo desigualdades constitutivas da sociedade^(5,14-16).

Segundo teóricas do feminismo negro, a interseccionalidade auxilia na compreensão da articulação de diferentes categorias sociais que se articulam e estruturam a vida das pessoas em sociedade, em especial de mulheres negras. Essa subalternização evidencia a opressão, a discriminação, a desigualdade e a injustiça social que essas pessoas experienciam. A interseccionalidade facilita a visão sobre as interrelações que geram estereótipos e hierarquizam pessoas dentro de construções sociais de poder^(5,16).

No Brasil, as raízes para a construção da interseccionalidade como teoria estão ligadas a movimentos sociais e acadêmicos que ganharam destaque a partir da década de 1990. O movimento negro desempenhou um papel fundamental nessa produção, ao destacar as interações entre raça, classe e gênero na experiência das mulheres negras e pessoas marginalizadas. O pensamento feminista negro brasileiro, liderado por uras como Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, foi um grande impulsionador do pensamento interseccional. Essas intelectuais apontavam, de forma interseccional, considerações a respeito dos problemas enfrentados pela população negra, especialmente pelas mulheres^(17,18).

Desse modo, tanto as intelectuais e ativistas brasileiras quanto as norte-americanas foram responsáveis por denunciar a insuficiência de um feminismo hegemônico que, ao universalizar a experiência das mulheres brancas de classe média, silenciava as vozes das mulheres negras e marginalizadas. Paralelamente, também criticavam o movimento negro por não reconhecerem as especificidades das opressões de gênero vividas por mulheres negras. A partir dessas tensões, o feminismo negro construiu um corpo teórico e político próprio, que buscava compreender as interações entre diferentes sistemas de dominação^(15,17).

Para uma compreensão mais apropriada de problemas sociais complexos, a interseccionalidade é forçada. No campo da justiça social, propôs-se identificar a discriminação racial e a discriminação de gênero para compreender mais profundamente como

tais discriminações operam juntas e impõem limitações para as mulheres negras⁽¹⁶⁾.

Crenshaw, em 1991, escreveu o artigo “*Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color*”, e nele, ela usa o termo para analisar a posição interseccional das mulheres negras e sua marginalização estrutural⁽¹⁵⁾. A partir desse trabalho, a autora concebe uma base teórica sólida para compreender a interseccionalidade como uma ferramenta de análise e *práxis* crítica, tecendo aportes da teoria crítica de raça e estabelecendo o conceito provisório sobre a “interseccionalidade”. Essa obra significativa contribuiu para o desenvolvimento da teoria como um enfoque crucial tanto nos movimentos sociais quanto na pesquisa acadêmica sobre raça, gênero e classe^(5,8).

De acordo com o pensamento de Crenshaw, os estudos que buscam compreender as mulheres negras não podem utilizar uma categoria de análise única. Para ela, essas experiências só podem ser compreendidas quando se examinam as múltiplas identidades sociais que essas mulheres carregam. Assim, a partir dessa lente crítica, poderemos enxergar como os múltiplos sistemas de poder são intrínsecos na vivência social dessas mulheres. A interseccionalidade é uma base analítica que descreve como sistemas de poder que se constroem mutuamente e produzem lugares sociais distintos para cada indivíduo e grupo dentro deles⁽⁵⁾.

Na construção conceitual da interseccionalidade, Crenshaw sinaliza sobre os perigos da invisibilidade analítica que surgem quando um olhar se concentra exclusivamente em um marcador social apenas, negligenciando os outros^(5,14). Com vistas a essa compreensão, ela apresentou os conceitos de superinclusão e subinclusão, na busca por elucidar essa invisibilidade. Segundo a autora, abordagens que consideram apenas um eixo de desigualdade, seja raça ou gênero, tendem a camuflar as experiências daquelas que se encontram na interseção entre diferentes sistemas de opressão.

A interseccionalidade, como ferramenta de análise crítica, não se limita a reconhecer apenas as opressões que as múltiplas identidades sociais imprimem, mas se propõe a apreciar as estratégias de resistência e empoderamento que se constroem das interseções dessas identidades. Isso é fundamental para desenvolver estratégias de luta contra a opressão e promover a justiça social^(7,8,16,19).

Para compreender como essas interações acontecem, Collins desenvolveu o conceito de “matriz de dominação”. Ele ajuda a analisar as interseções entre a estrutura de poder de uma sociedade. Para ela, a matriz é uma estrutura multidimensional composta por várias formas de opressão e discriminação que se entrelaçam e se reforçam mutuamente. Essas formas de opressão incluem, entre outras, o racismo, o sexismo, o classismo e a homofobia^(5,7).

Como teoria social crítica, a interseccionalidade é uma ferramenta contra-hegemônica que se debruça sobre a construção de uma análise teórica crítica ao examinar, a partir de seus pressupostos, a compreensão das experiências de pessoas marginalizadas e ao ressaltar as vozes e os conhecimentos desses indivíduos para sua emancipação social. Como prática reflexiva, a interseccionalidade busca transformar as estruturas de poder existentes. Ao utilizar uma abordagem interseccional,

o(a) pesquisador(a) deve construir uma análise que exponha as estruturas de poder dominante, além de buscar promover uma maior inclusão e equidade na sociedade⁽⁷⁾.

Nesse sentido, a interseccionalidade consolida-se politicamente no âmbito das perspectivas críticas das ciências sociais, particularmente em diálogo com os estudos feministas, antirracistas e decoloniais. A partir dessas interlocuções teóricas, ela se afirma como uma teoria social crítica capaz de revelar as interconexões entre diferentes sistemas de poder. No plano epistêmico, a interseccionalidade se conurta como uma ferramenta analítica fundamental para compreender os processos históricos e institucionais que produzem e reproduzem desigualdades sociais.

TEORIA FUNDAMENTADA CONSTRUTIVISTA NA INVESTIGAÇÃO CRÍTICA EM PESQUISA DE JUSTIÇA SOCIAL

A TFC, segundo os preceitos de Charmaz, desenvolve-se como um campo de investigação crítica ao romper com abordagens positivistas e assumir que o conhecimento é construído, situado e influenciado por relações de poder. Essa abordagem amplia o alcance da TFD⁽²⁾, permitindo que ela seja usada como ferramenta de questionamento e transformação social, especialmente em contextos marcados por desigualdades, como no racismo obstétrico, na violência de gênero e nas injustiças reprodutivas.

A TFC parte do entendimento de que realidade e o conhecimento são construções sociais. Isso significa que os construtos emergem da interação entre pesquisadores(as) e participantes, em contextos específicos, e que não há uma “verdade objetiva” a ser descoberta. Essa postura epistemológica favorece uma pesquisa crítica ao permitir que se analisem como os discursos e as práticas produzem e reproduzem desigualdades sociais^(2,3).

Nos contextos em que a opressão, a discriminação e a desigualdade se tornaram o *status quo*, é preciso questionar as causas. Nesse sentido, Charmaz orienta a ênfase na utilização de perguntas estratégicas como “Por quê?” e “O que está acontecendo aqui?”. Essas perguntas ajudam o(a) pesquisador(a) a realizar uma avaliação mais crítica, ao localizar os(as) participantes da pesquisa dentro das condições sociais, culturais, temporais e situacionais em que eles vivem. Isso ajuda a reconhecer como as condições e posições estruturais afetam o(a) pesquisador(a) e o processo de pesquisa^(2,7).

Na TFC, os(as) pesquisadores(as) são convidados(as) a se situar no que está acontecendo no espaço da pesquisa, reconhecendo-se como parte dela e permanecendo flexíveis e vigilantes aos eventos empíricos, à linguagem e ao significado, assumindo, sobretudo, responsabilidades morais decorrentes da pesquisa. Essa abordagem exige um exame minucioso de como as descobertas subsequentes estão relacionadas a essas condições. Com ênfase na reflexividade, não apenas se examina quem se é em relação à pesquisa, mas também como essa dialética se estabelece^(2,20–22).

O(a) pesquisador(a) na TFC não é neutro(a). Ele(a) é parte da construção do conhecimento, e, por isso, é necessário adotar uma postura reflexiva a partir dos seguintes questionamentos: quem sou eu? Qual meu lugar social? Como minhas crenças e experiências afetam a coleta e análise de dados? Essa

reflexividade crítica fortalece o rigor da pesquisa e amplia o compromisso ético e político^(2,3).

A perspectiva construtivista entende a pesquisa como um processo político e ético. O objetivo não é apenas compreender, mas também intervir nas realidades injustas. Ao construir teorias, a partir da experiência vivida de grupos historicamente marginalizados (como mulheres negras, indígenas, pessoas trans), a TFC revela mecanismos de opressão e abre espaço para resistências⁽²⁾.

Um dos grandes trunfos da TFC é dar centralidade às experiências e às narrativas de sujeitos oprimidos. Isso é especialmente importante ao se estudar temas como o racismo obstétrico, em que silêncios institucionais e discursos hegemônicos tentam negar ou minimizar o problema. Ao ouvir atentamente e com sensibilidade crítica as vozes silenciadas, a TFC adota a epistemologia do pensamento crítico.

A abordagem construtivista está atenta às relações de poder que atravessam o processo de pesquisa tanto no que tange às experiências dos(as) participantes quanto à postura dos(as) pesquisadores(as). Isso permite uma leitura crítica das estruturas institucionais, culturais e simbólicas que sustentam práticas discriminatórias^(2–3). A TFC, quando associada a referenciais como a interseccionalidade, ajuda a revelar como classe, raça, gênero e outras categorias interagem para produzir desigualdades.

Segundo Charmaz, como investigação crítica, a TFC permite acompanhar a complexidade dos fenômenos sociais sem reduzi-los a categorias fechadas. Em vez de “encaixar” os dados em teorias pré-existentes, ela busca criar teorias sensíveis, contextuais e dinâmicas, construídas com base nos significados dos(as) participantes⁽²⁾. Essa abertura é essencial para captar os efeitos do racismo institucional, das políticas públicas excluintes e da negligência com os direitos reprodutivos.

Pesquisas que utilizam a TFC com foco na justiça social desenvolvem-se a partir da ética relacional, reconhecendo que a analogia com os(as) participantes é dialógica, respeitosa e horizontal. A pesquisa não se faz “sobre” os sujeitos, mas com eles. Esse posicionamento ético fortalece o compromisso com mudanças que beneficiem os grupos envolvidos. Essa postura favorece identificar, analisar e questionar as estruturas institucionais, culturais e simbólicas que mantêm as desigualdades sociais, evidenciando como os sistemas de saúde, educação, justiça ou assistência social podem reproduzir racismos, sexismos, classismos e outros preconceitos^(20–22).

A TFC fundamenta-se em sua herança pragmática de atender a problemas práticos e promover a justiça social⁽²³⁾, ao enfatizar o desenho de processos e promover a criação de conexões entre eventos e situações, significados e ações, indivíduos e estruturas sociais que podem permanecer invisíveis.

Essa versão da TFD fornece ferramentas que permitem que os(as) pesquisadores(as) tenham um aprofundamento nas situações estudadas e proporciona a oportunidade de analisá-las a partir de vários pontos de vista. Assim, ao conceituar o que aprendeu, os teóricos fundamentados construtivistas podem oferecer novos entendimentos críticos. Para Charmaz, a TFC convoca a examinar não apenas as decisões de pesquisa, mas também a examinar o compromisso moral e social junto ao que se estuda⁽²⁾.

TEORIA FUNDAMENTADA CONSTRUTIVISTA E ANÁLISE INTERSECCIONAL NA INVESTIGAÇÃO DO RACISMO OBSTÉTRICO

Pesquisas que utilizam a TFC na perspectiva crítica apresentam referência a um corpo específico de conhecimento que questiona os efeitos opressivos do poder institucional, do conhecimento e dos problemas sociais^(21,23). A TFC, em uma abordagem crítica, expande a TFC, integrando métodos participativos e incorporando metas de mudança social transformadora⁽²⁰⁾.

Essa abordagem representa uma metodologia sensível à complexidade dos fenômenos sociais. Ao romper com o positivismo original da TFD, ela reconhece as dimensões subjetivas e contextuais do processo de pesquisa^(2,3). Tal perspectiva é especialmente relevante para investigar experiências marcadas por desigualdades estruturais, como é o caso do racismo obstétrico, uma forma específica de violência que incide sobre corpos socialmente racializados no campo da saúde reprodutiva.

Pesquisas recentes têm demonstrado disparidades raciais persistentes nos desfechos maternos e na qualidade do cuidado obstétrico, o que evidencia maior exposição de mulheres negras a cuidados precarizados⁽²⁴⁻²⁷⁾. Entretanto, parte significativa desses estudos permanece centrada na descrição das desigualdades ou na identificação de fatores isolados, sem modelar processualmente como tais disparidades se produzem nas interações institucionais cotidianas^(24,25,27). A articulação entre TFC e interseccionalidade oferece um caminho metodológico capaz de preencher essa lacuna ao transformar a problematização das desigualdades em construção teórica sistemática.

A TFC parte do pressuposto de que a realidade social é múltipla, relacional e historicamente situada^(2,28,29). Ao valorizar a complexidade e a multiplicidade dos significados presentes nos dados, a TFC reconhece que as interpretações não são neutras, mas moldadas por contextos históricos, culturais e sociais que atravessam tanto os(as) participantes quanto os(as) pesquisadores(as)^(3,11,22,23). No caso do racismo obstétrico, as experiências relacionadas pelas mulheres não emergem em um vazio social. Elas estão imersas em tradições institucionais, ideologias biomédicas, hierarquias raciais e normas de gênero que estruturam o campo da saúde reprodutiva. Isso indica que a TFC e a interseccionalidade oferecem um caminho metodológico capaz de traduzir esse cenário.

A operacionalização da interseccionalidade na TFC ocorre por meio da codificação processual. Nessa etapa, o(a) pesquisador(a) examina o material linha por linha para capturar ações e interações. Essa estratégia evita classificações prematuras e permite observar como raça, gênero e classe se articulam dinamicamente na experiência do cuidado^(3,11,23,30). Ao privilegiar processos, a análise impede a fixação de identidades como categorias estáticas e evidencia a produção social das desigualdades.

Na codificação focalizada, os códigos iniciais são comparados e agrupados em categorias mais densas e explicativas^(3,11). Esse movimento revela padrões que atravessam diferentes narrativas e que não se distribuem de maneira homogênea^(1,6,22). Processos de subcuidado, suspeição moral ou deslegitimação da narrativa tendem a incidir com maior intensidade sobre mulheres situadas em interseções específicas de raça, gênero e classe⁽²⁴⁻²⁷⁾. A comparação constante permite conectar essas

regularidades às estruturas institucionais que organizam o cuidado, deslocando a análise do plano exclusivamente interpessoal para a compreensão de mecanismos estruturais.

A codificação teórica integra essas categorias em um modelo explicativo^(3,11,28) que torna evidente como discursos biomédicos, protocolos assistenciais e hierarquias sociais operam conjuntamente na produção do racismo obstétrico⁽²⁶⁾. A interseccionalidade atua, nesse processo, como lente crítica que explicita a imbricação entre racismo, sexismo e classismo, enquanto a TFC funciona como tecnologia analítica que organiza esses elementos em teoria substantiva. A análise deixa de ser apenas descritiva e passa a modelar os regimes institucionais que sustentam o subcuidado.

Em todas as etapas, a reflexividade ocupa lugar central^(3,28,29). A TFC exige que o(a) pesquisador(a) reconheça sua posição social, seus pressupostos e suas implicações ético-políticas na construção do conhecimento^(2,23). Na investigação do racismo obstétrico, essa vigilância epistemológica é indispensável para evitar a naturalização das desigualdades ou a reprodução de discursos institucionais que minimizam a violência racial. As categorias emergentes são compreendidas como construções interpretativas, ancoradas em contextos históricos de opressão e resistência.

Assim, ao localizar as ações e os significados produzidos pelas mulheres em suas narrativas, o(a) pesquisador(a) revela as conexões entre os níveis micro e macro da análise. No plano subjetivo, o que a mulher sente, interpreta ou nomeia como injustiça passa a ser articulado ao plano estrutural, aos protocolos, aos discursos e às práticas institucionais que organizam o cuidado. Nesse sentido, a TFC não se limita a descrever experiências, mas busca analisar as suposições implícitas que sustentam as ações e interpretações dos(as) participantes. Para Charmaz, a análise constitui uma representação interpretativa da realidade estudada, não um relatório objetivo ou uma descrição definitiva do fenômeno^(2,3,6,23). Tal compreensão aguça a consciência do(a) pesquisador(a) para a relatividade dos dados e para a existência de múltiplas realidades coexistentes, condição essencial para uma abordagem interseccional.

Desse modo, a integração entre TFC e interseccionalidade não apenas descreve experiências de injustiça reprodutiva, mas modela os regimes institucionais que as produzem. Ao transformar a lente interseccional em procedimento analítico concreto, a TFC possibilita articular níveis micro e macro de análise e construir uma teoria substantiva comprometida com a explicitação e o enfrentamento das desigualdades racializadas no cuidado obstétrico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como parte da compreensão trabalhada ao longo do texto, pode-se inferir que a TFD, em sua vertente construtivista, e o referencial teórico da interseccionalidade podem ser articulados de forma complementar para analisar fenômenos sociais complexos, especialmente aqueles marcados por desigualdades estruturais. Ambas as abordagens compartilham do mesmo compromisso com a escuta atenta das experiências vividas, com o reconhecimento das múltiplas dimensões da opressão e com a produção de conhecimento comprometido com a transformação social. Essa articulação metodológica-teórica permite

que a pesquisa não apenas apresente o fenômeno investigado, mas também contribua para a promoção da equidade e da justiça social.

A TFC parte do princípio de que os significados sociais são construídos a partir das interações e dos contextos socioculturais. Ao valorizar preceitos da TFC, como a reflexividade do(a) pesquisador(a), o diálogo com os(as) participantes e a coconstrução dos significados, cria-se um ambiente propício para a aplicação da interseccionalidade. Isso porque o(a) pesquisador(a) não se posiciona como sujeito neutro ou externo, mas reconhece o seu lugar social e a sua implicação nas relações de poder que a própria pesquisa busca problematizar.

Portanto, ao integrar a TFC e a interseccionalidade, o(a) pesquisador(a) assume uma postura ética e política,

comprometida com a valorização das vozes historicamente silenciadas e com a produção de conhecimento transformador. Essa aliança entre teoria e método possibilita que a pesquisa vá além da denúncia, oferecendo subsídios para a formulação de práticas e políticas mais justas e inclusivas no campo da saúde reprodutiva. Desse modo, trata-se de uma estratégia investigativa que dialoga diretamente com os princípios da justiça social, ao reconhecer, compreender e enfrentar as múltiplas formas de opressão que estruturam a vida de mulheres e pessoas com útero em situação de vulnerabilidade.

DISPONIBILIDADE DE DADOS

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

RESUMO

Objetivo: Refletir sobre o potencial da Teoria Fundamentalista Construtivista articulada à interseccionalidade como estratégia metodológica e epistemológica crítica na investigação de injustiças reprodutivas. **Método:** Estudo teórico, reflexivo, de perspectiva dialética, que tem na pesquisa bibliográfica seu recurso de investigação. **Resultados:** A articulação entre a abordagem construtivista da Teoria Fundamentalista Construtivista e a interseccionalidade possibilita compreender fenômenos como o racismo obstétrico a partir da coconstrução de significados evidenciados de como a raça, o gênero e a classe operam de forma relacional na produção de desigualdades no cuidado reprodutivo. Essa integração metodológico-teórica amplia o alcance analítico da pesquisa qualitativa ao incorporar a reflexividade do(a) pesquisador(a). **Considerações finais:** a combinação dessas abordagens fortalece a produção de conhecimento comprometido com a transformação social, oferecendo subsídios para investigações críticas em enfermagem e saúde coletiva. Sua aplicabilidade reside na possibilidade de orientar pesquisas sensíveis às desigualdades estruturais, contribuindo para a formulação de práticas e políticas de cuidado reprodutivo mais equitativas.

DESCRITORES

Teoria Fundamentalista; Enquadramento Interseccional; Teoria Crítica; Pesquisa Qualitativa; Métodos.

RESUMEN

Objetivo: Reflexionar sobre el potencial de la Teoría Fundamentalista Constructivista, articulada con la interseccionalidad, como estrategia metodológica y epistemológica crítica para la investigación de las injusticias reproductivas. **Método:** Estudio teórico y reflexivo desde una perspectiva dialéctica, utilizando la investigación bibliográfica como recurso. **Resultados:** La articulación entre el enfoque constructivista de la Teoría Fundamentalista Constructivista y la interseccionalidad permite comprender fenómenos como el racismo obstétrico a partir de la coconstrucción de significados, evidenciada por cómo la raza, el género y la clase operan relacionadamente en la producción de desigualdades en la atención reproductiva. Esta integración metodológica-teórica amplía el alcance analítico de la investigación cualitativa al incorporar la reflexividad del investigador. **Consideraciones finales:** La combinación de estos enfoques fortalece la producción de conocimiento comprometido con la transformación social, brindando apoyo a las investigaciones críticas en enfermería y salud pública. Su aplicabilidad radica en la posibilidad de orientar la investigación sensible a las desigualdades estructurales, contribuyendo a la formulación de prácticas y políticas de atención reproductiva más equitativas.

DESCRIPTORES

Teoría Fundamentalista; Marco Interseccional; Teoría Crítica; Investigación Cualitativa; Métodos.

REFERÊNCIAS

1. Morse JM, Bowers BJ, Charmaz K, Clarke AE, Corbin J, Porr CJ. Developing grounded theory: The second generation revisited. United Kingdom: Routledge; 2021. 372 p. <https://doi.org/10.4324/9781315169170>.
2. Charmaz K. With constructivist grounded theory you can't hide: social justice research and critical inquiry in the public sphere. Qual Inq. 2020;26(2):165–76. <https://doi.org/10.1177/1077800419879081>.
3. Charmaz K. A construção da teoria fundamentada: guia prático para análise qualitativa. Porto Alegre: Artmed; 2009. 272p.
4. Rieger KL. Discriminating among grounded theory approaches. Nurs Inq. 2019;26(1):e12261. <https://doi.org/10.1111/nin.12261>. PMID:30123965.
5. Collins PH, Bilge S. Interseccionalidade. São Paulo: Boitempo; 2021.
6. Charmaz K, Thornberg R. The pursuit of quality in grounded theory. Qual Res Psychol. 2021;18(3):305–27. <https://doi.org/10.1080/14780887.2020.1780357>.
7. Collins PH. Bem Mais que Ideias: a Interseccionalidade como Teoria Social Crítica. São Paulo: Editora Boitempo; 2022. 341 p.
8. Collins PH. Intersecções letais: raça, gênero e violência. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo; 2024. 318 p. <https://doi.org/10.34024/csr.2024.60.1.18916>.
9. Adele EC. Older, wiser, and much more daring: on Kathy Charmaz's creative explosion c1995–2020. In: Bryant A, Clarke AE, editors. Festschrift in honour of Kathy Charmaz. Bingley: Emerald Publishing Limited; 2022. p. 5–24. <https://doi.org/10.1108/S0163-239620220000056003>.
10. Charmaz K. Grounded theory: objectivist and constructivist methods. In: Denzin NK, Lincoln Y, editors. Strategies of qualitative inquiry. 2nd ed. Thousand Oaks, CA: SAGE; 2003. p. 249–91.

11. Charmaz K. Constructing grounded theory: a practical guide through qualitative analysis. London: Sage; 2006. 224 p.
12. Charmaz K. Grounded theory in the 21st century: applications for advancing social justice studies. In: Denzin NK, Lincoln YS, editors. The Sage handbook of qualitative research. 3rd ed. Thousand Oaks, CA: Sage Publications Ltd; 2005. p. 507–35.
13. Charmaz K. Grounded theory methods in social justice research. In: Denzin N, Lincoln Y, editors. The SAGE handbook of qualitative research. 4th ed. Thousand Oaks, CA: SAGE; 2011. p. 359–80.
14. Crenshaw KW. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Rev.* 1991;43(6): 1241–99. <https://doi.org/10.2307/1229039>.
15. Hooks B. Teoria feminista: da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva; 2019. 256 p.
16. Davis A. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Editora Boitempo; 2016. 248 p.
17. Gonzalez L. Por um feminismo afro-latino americano. Rio de Janeiro: Zahar; 2020. 361 p.
18. Carneiro S. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro; 2011. 192 p.
19. Hooks B. Ensinando Pensamento Crítico: sabedoria prática. São Paulo: Editora Elefante; 2020. 294 p.
20. Hense C, McFerran KS. Toward a critical grounded theory. *Qual Res J.* 2016;16(4):402–16. <https://doi.org/10.1108/QRJ-08-2015-0073>.
21. Sawyer JM, Brady SR. Applying critical grounded theory to community intervention development methodology: designing the critical difference engagement approach. *Int J Qual Methods.* 2022;21:16094069221141308. <https://doi.org/10.1177/16094069221141308>.
22. Timonen V, Foley G, Conlon C. Challenges when using grounded theory: A pragmatic introduction to doing GT research. *Int J Qual Methods.* 2018;17(1):1–10. <https://doi.org/10.1177/1609406918758086>.
23. Charmaz K. The power of constructivist grounded theory for critical inquiry. *Qual Inq.* 2016;23(1):34–45. <https://doi.org/10.1177/1077800416657105>.
24. Pereira GMV, Pimentel VM, Surita FG, Silva AD, Brito LGO. Perceived racism or racial discrimination and the risk of adverse obstetric outcomes: a systematic review. *Sao Paulo Med J.* 2022;140(5):705–18. <https://doi.org/10.1590/1516-3180.2021.0505.r1.07042022>. PMID:36043663.
25. Garcia LM. Obstetric violence in the United States and other high-income countries: an integrative review. *Sex Reprod Health Matters.* 2023;31(1):2322194. <https://doi.org/10.1080/26410397.2024.2322194>. PMID:38590127.
26. Santana AT, Couto TM, Lima KTRDS, Oliveira PS, Bomfim ANA, Almeida LCG, et al. Obstetric racism, a debate under construction in Brazil: perceptions of black women on obstetric violence. *Cien Saude Colet.* 2024;29(9):e09952023. <https://doi.org/10.1590/1413-81232024299.09952023>. PMID:39194111.
27. Boakye PN, Prendergast N, Bandari B, Anane Brown E, Odutayo AA, Salami S. Obstetric racism and perceived quality of maternity care in Canada: Voices of Black women. *Womens Health.* 2023;19:17455057231199651. <https://doi.org/10.1177/17455057231199651>. PMID:37772754.
28. Bobbink P, Larkin P, Probst S. Application and challenges of using a Constructivist Grounded Theory methodology to address an undertheorized clinical challenge: A discussion paper. *Int J Nurs Stud Adv.* 2024;6(6):100199. <https://doi.org/10.1016/j.ijnsa.2024.100199>. PMID:38746793.
29. Coşkun KA. New explanation for the conflict between constructivist and objectivist grounded theory. *Int J Qual Methods.* 2020;19:1609406920938280. <https://doi.org/10.1177/1609406920938280>.
30. Metelski FK, Santos JLGD, Cechinel-Peiter C, Fabrizio GC, Schmitt MD, Heilemann M. Constructivist Grounded Theory: characteristics and operational aspects for nursing research. *Rev Esc Enferm USP.* 2021;55:e03776. <https://doi.org/10.1590/s1980-220x2020051103776>. PMID:34287487.

EDITORIA ASSOCIADA

Nathalie Leister



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons.